

# Crise climática demanda articulação e análises locais

---

 [almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2022/08/26\\_meio\\_ambiente\\_ouve\\_sociedade\\_sobre\\_crise\\_climatica](http://almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2022/08/26_meio_ambiente_ouve_sociedade_sobre_crise_climatica)

## Notícias

---

O **enfrentamento da crise climática**, reduzindo desmatos e emissão de gases do efeito estufa, ainda depende de maior integração de ações e de compromisso articulado de governos, segmentos econômicos e sociedade civil, conforme alertaram especialistas, ambientalistas e representantes de entidades em audiência nesta sexta-feira (26/8/22).

Outra defesa foi a incorporação, por todos esses atores, do que vem a ser a **justiça climática**, conceito surgido a partir da percepção de que os **impactos das mudanças climáticas atingem de forma e intensidade diferentes grupos sociais** distintos. Reconhecer e atuar para combater essas desigualdades é seu princípio.

A discussão ocorreu na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), a pedido do presidente, deputado Noraldino Júnior (PSC).

[Consulte o resultado e assista ao vídeo completo da reunião.](#)

Na análise de vários dos convidados, a justiça climática deve permear todas as políticas voltadas para a temática. Mário Mantovani, diretor da Associação Nacional Municípios e Meio Ambiente (Anama), disse que o Brasil foi o primeiro País do mundo a ter um marco ambiental legal, incluindo também a sociedade civil.

"Mas é preciso juntar todas as iniciativas existentes (de proteção ambiental) para um resultado mais positivo e adotar a justiça climática para se enfrentar emergências climáticas", defendeu. Na sua visão, ações e responsabilidades devem ser compartilhadas, devendo ser **fortalecido o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama)**.

O representante da Anama alertou para a importância de dados sobre o panorama ambiental e para a interpretação dessas informações, para nortear ações. "No Brasil se gasta mais em desassoreamento do que em saneamento, não é possível. **Meio ambiente não é papo de ambientalista, é qualidade de vida**", advertiu.

## Municípios devem se engajar

---

No mesmo sentido, Rodrigo Perpétuo, diretor executivo dos Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI), avaliou que o Governo do Estado, e mais diretamente o governador, precisa reiterar publicamente e de forma cotidiana a importância do meio ambiente em todas as suas dimensões.

Segundo ele, é preciso ainda que haja **atualização de instrumentos de inventário, de mensuração de dados e de análises de vulnerabilidades**. "Minas está em conformidade em muitos pontos, mas precisa liderar e influenciar também os municípios

nessa causa ambiental", defendeu Rodrigo Perpétuo.

Para ele, a necessidade desse envolvimento maior das três esferas de governo – União, estado e municípios – e também de cooperação internacional está no fato de que **a questão climática seria hoje a maior ameaça à dignidade humana**. E lembrou que tanto a seca como as enchentes causam mortes.

O protagonismo dos municípios também foi mencionado como relevante por Gustavo Bernardino Malacco da Silva, presidente da Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá).

Segundo ele, dados do Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG) de 2020 mostram que o País alcançou uma emissão líquida de gases de mais de 1,5 milhão de toneladas. O **Brasil ficou em primeiro lugar entre os maiores emissores de gases de efeito estufa do mundo**, sobretudo devido ao desmatamento da Amazônia, crescente sobretudo nos últimos cinco anos.

## **Minas é terceiro em emissão de gases**

---

Já **Minas ficou em terceiro lugar** entre aqueles estados de maior emissão de gases, decorrente principalmente dos setores agropecuário e energético, alertou o presidente da Angá.

Professor de gestão ambiental da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Raoni Rajão também abordou a situação nacional. Ele destacou que o País responde por 3 a 4% das emissões globais e que mais de 2/3 da emissão de gases registradas no Brasil estão relacionados ao uso da terra.

Por isso, ele defendeu a necessidade de se **avançar na implementação do Código Florestal**, que pressupõe maior agilidade na validação dos cadastros rurais. No Estado são 950 mil cadastros rurais, mas menos de 1% (95 mil) foram de fato analisados até recentemente, pela falta de sistemas prometidos no Estado em 2019, e que somente estariam sendo entregues agora.

Para suprir essa necessidade nesse meio tempo, foram **implementados o Selo Verde** - para certificar, de forma gratuita, aqueles proprietários que já cumprem as normas ambientais -; **e o Car2**, o Cadastro Rural Ambiental, um *software* para análise automática dos dados, evitando que produtores e proprietários rurais sejam inundados com uma série de exigências, algumas delas desnecessárias.

Com o Car2, 600 mil cadastros, dos 950 mil, já foram validados na análise automática, com estatísticas preliminares mostrando que 40% dos imóveis possuem ativo florestal e que somente 3% estariam com *deficit* de reserva legal.

## **Secretária aponta efeitos positivos**

---

A secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Marília Carvalho, frisou que desde o ano passado o Governo de Minas definiu como prioridade na área uma política forte relacionada à crise climática. Mas admitiu que só uma decisão de governo não é suficiente, sendo necessária uma base legislativa que perdure ao longo das gestões.

Ela disse que hoje Minas estaria em posição de vanguarda. Apesar de possuir 10% da população do Brasil e responder por 35% do PIB nacional, o Estado responderia somente por 7,4% das emissões de gases de efeito estufa no Brasil. Para a secretária, isso mostra que ações adotadas têm gerado efeitos positivos, apesar de dados de entidades de que Minas seria o terceiro nessas emissões.

Ela anunciou que o Plano Estadual de Ação Climática está sendo revisto, com a contribuição da ALMG, e que espera sua publicação em novembro próximo.

Sobre os cadastros rurais mencionados pelo representante da UFMG, a secretária destacou que mais de 93% das cerca de 950 propriedades são de produtores de agricultura familiar e disse que o plano deverá prever ajuda a esses agricultores para a recuperação de áreas degradadas.

## **Contraponto**

---

Maria Dalce Ricas, superintendente da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda), contudo, afirmou que reconhecia os esforços da Semad, mas se disse não tão otimista com a situação do Estado.

A ambientalista defendeu que uma política climática deve ter como diretrizes transversalidade, integração e responsabilização de todos os órgãos públicos, entre outras. "Os menos favorecidos já estão sendo atingidos pela crise ambiental, mas todas as classes sociais não escaparão", alertou ela.

## **Política estadual é proposta**

---

O presidente da comissão, deputado Noraldino Júnior, destacou que Minas foi o primeiro estado da América Latina e do Caribe a aderir à campanha "Race to Zero", que busca zerar até 2050 as emissões líquidas dos gases de efeito estufa. Ele ainda frisou que a participação cidadã é um dos princípios da Política Nacional de Mudança do Clima.

Ao final da audiência pública, Noraldino Júnior entregou para a secretária cópia de projeto de lei de sua autoria, que institui a Política Estadual de Enfrentamento das Mudanças Climáticas. O objetivo da proposição é assegurar a contribuição do Estado no cumprimento de metas e de estratégias na área.

Em ato simbólico de apoio ao projeto, participantes da reunião assinaram o documento.